

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
Assembleia Legislativa

08 OUT 2019

Protocolo: 289/19

Processo: 289/19

Projeto de Lei nº. 278/19

AO EXPEDIENTE

Em: 03 OUT 2019

Presidente



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**



Recebido, Autua-se e  
Inclui em pauta.

08 OUT 2019

1º Secretário

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 200, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Ilustre Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 636.400,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FUNEDM."

Senhores Parlamentares, o referido Projeto de Lei aspira dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital, das Unidades Orçamentárias: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FUNEDM, até o valor de 636.400,00 (seiscentos e trinta e seis mil e quatrocentos reais), alocado na natureza de despesas constantes do Anexo II, que acompanha o Projeto de Lei em pauta.

Importante salientar, que a presente propositura, visa atender solicitação e justificativas das referidas Unidades Orçamentárias, observadas no Ofício nº 2828/SEAS-GEPLAN, de 23 de agosto de 2019, com fito em devolver recurso de contrapartida do Convênio 11/SAS/MPAS/98, tendo como concedente o Ministério da Previdência e Assistência Social e como conveniente o Governo do Estado de Rondônia

Ainda, em observância ao Ofício nº 3374/SEAS-GAB, de 25 de setembro de 2019, com escopo de remanejar recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, considerando que no presente exercício, as ações que estavam previstas e que utilizariam o recurso do Fundo, não ocorreram, a exemplo a Conferência Estadual dos Direitos da Mulher, e que a mesma não aconteceu pelo fato do Estado somente realizar após estabelecido o direcionamento pelo Governo Federal, e que este, por sua vez, decidiu que não realizaria neste ano, solicito alteração orçamentária, no valor de R\$ 532.500,00 (quinhentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), retirando-se do elemento 339039 e alocando no elemento 449052, de acordo com o artigo 8º da Lei 4.455 de 7 de janeiro de 2019.

Por tal circunstância, venho por intermédio desta propositura, solicitar o apoio de Vossas Excelências consoante os mandamentos legais dispostos no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual, para o presente exercício com recurso até o valor citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, que seja adotado o Regime de Urgência, antecipo meus agradecimentos, subscrevendo-me especial estima e consideração.

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**  
Governador

RECEBIDO

13h 35min

01 OUT 2019

Ellen Lopes

Documento assinado eletronicamente por Marcos José Rocha dos Santos, Governador, em 01/10/2019, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e



seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **8134090** e o código CRC **7D6FAD74**.

**Referência:** Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0035.424748/2019-15

SEI nº 8134090





## GOVERNADORIA - CASA CIVIL

## PROJETO DE LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 636.400,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FUNEDM.

## A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 636.400,00 (seiscentos e trinta e seis mil e quatrocentos reais), em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FUNEDM, para dar cobertura orçamentária às despesas correntes e de capital, no presente exercício, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I desta Lei e nos valores especificados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO I

## CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

## REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	<b>SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS</b>			<b>103.900,00</b>
23.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	3390	0100	103.900,00
	<b>FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - FUNEDM</b>			<b>532.500,00</b>
23.016.08.244.1291.2267	FORTALECIMENTO DA POLITICA ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	3390	0100	532.500,00

**TOTAL** | **R\$ 636.400,00****ANEXO II****CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO****SUPLEMENTA**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
	<b>FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS</b>			<b>103.900,00</b>
23.012.08.244.1293.2066	ESTRUTURAR A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3320	0100	103.900,00
	<b>FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - FUNEDM</b>			<b>532.500,00</b>
23.016.08.244.1291.2267	FORTALECIMENTO DA POLITICA ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	4490	0100	532.500,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 636.400,00</b>



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 01/10/2019, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **8134400** e o código CRC **4758B303**.

**Referência:** Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0035.424748/2019-15

SEI nº 8134400